

COMISSÃO EXTERNA SOBRE OBRAS PÚBLICAS PARALISADAS E INACABADAS NO PAÍS

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. JOSEILDO RAMOS)

Requer a realização de audiências públicas, nas cinco regiões do país, para promover um balanço e avaliar a evolução do cenário atual de obras paralisadas e inacabadas no país.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de audiências públicas com o objetivo de debater acerca das obras paralisadas e inacabadas nas cinco regiões do país em que se encontram estas obras.

Serão convidados representantes do Executivo e do Legislativo estadual e municipal, além de autoridades do Poder Executivo Federal, tais como a Caixa Econômica Federal, a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, bem como os Ministérios e órgãos responsáveis pelas obras paralisadas.

Destaca-se que, na data da audiência pública, serão feitas visitas “in loco” a algumas obras paralisadas/inacabadas.

JUSTIFICAÇÃO

A realização de audiências públicas nas 5 regiões do país onde se encontram as obras públicas paralisadas e inacabadas mostra-se necessária em função de vários aspectos.



Primeiramente, os princípios da administração pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, exigem que o poder público atue de forma diligente na execução de suas obras, garantindo a utilização adequada dos recursos públicos e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Ademais, além do prejuízo bilionário, o prejuízo social causado pela paralisação e inacabamento das obras públicas é imensurável.

Essas obras são essenciais para o atendimento das necessidades da população, como infraestrutura de transporte, saúde, educação e saneamento básico. A falta de conclusão dessas obras compromete a qualidade de vida da população, gerando transtornos e impactos negativos na rotina das pessoas.

Além disso, como se disse, os prejuízos econômicos também são relevantes. A paralisação e inacabamento de obras públicas representam desperdício de recursos financeiros, uma vez que já foram investidos valores significativos na sua execução. Os recursos públicos utilizados nessas obras são provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos, e a interrupção ou abandono dessas obras representa um mau uso desses recursos, prejudicando a economia como um todo.

Ressalta-se que a visita *in loco* em algumas obras também é uma justificativa relevante, uma vez que permite uma avaliação detalhada da situação, identificação de problemas e busca de soluções adequadas. A presença dos representantes do poder público nas obras em questão demonstra o compromisso em resolver o problema e evidencia a importância atribuída à conclusão dessas obras.

Diante do exposto, rogamos aos nobres pares a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JOSEILDO RAMOS



2023-3913

3

Apresentação: 17/04/2023 13:24:27.453 - CEXOBRA/S

REQ n.12/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Joseildo Ramos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232790446900>

